PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO PARA GASTOS COM PESSOAL

Em cumprimento ao que dispõe os incisos e parágrafos no art. 16, inciso I e II da Lei Complementar nº. 101/2000, considerando as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias em consonância com o Plano Plurianual, o estudo visa demonstrar o impacto orçamentário e financeiro para o exercício corrente e para os dois exercícios subsequentes.

Art. 16, a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

 II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

FINALIDADE: Reajuste Salarial dos Servidores do Município de Afonso Cláudio/ES.

JUSTIFICATIVA: O Impacto visa demonstrar condições orçamentárias e financeiras do exercício em curso de acordo com a previsão orçamentária e suporte financeiro alocado em suas respectivas fontes de recursos.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A Lei Orçamentária Anual prevê dotação orçamentária para atender as despesas decorrentes do Projeto de Lei, podendo surgir a necessidade de abertura de crédito adicional suplementar para reforçar o saldo das dotações orçamentárias caso a despesa ultrapasse o limite orçado.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA: Apurada na forma da LC 101/2020 no seu Art. 2º, inciso IV, considera-se a RCL o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, sendo base para apuração dos limites de gastos com pessoal.

COMPROMETIMENTO DA DESPESA COM PESSOAL – (ÚLTIMOS 12 MESES -JUN./2024 A MAI./2025)

DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS							
<u>DESCRIÇÃO</u>	VALOR (R\$)	<u>%</u>					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		150.555.520,73					
TOTAL GASTO COM PESSOAL (ABR./2024 A MAR./2025)	64.512.527,89	42,85%					
LIMITE MÁXIMO (INCISO I, II E III, ART. 20 DA LRF)	81.299.981,19	54,00%					
LIMITE PRUDENCIAL (PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 22 DA LRF)	77.234.982,13	51,30%					
LIMITE DE ALERTA (INCISO II DO ART. 59 DA LRF)	73.169.983,07	48,60%					



METODOLOGIA DE CÁLCULO RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL

CRESCIMENTO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA NO EXERCÍCIO DE 2024

(RCL 2023 / RCL 2024) (R\$ 133.254.297,90 / R\$ 145.930.535,61) 9,51281715%

CRESCIMENTO PERMANENTE DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - EXERCÍCIO DE 2025

(RCL 2024 / RCL 2025) R\$ 145.930.535,61/R\$ 152.927.641,09) 4,79481929%

AUMENTO PERMANENTE DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – EXERCÍCIO DE 2026

(RCL 2025 * PIB = 2,00%) (R\$ 152.927.641,09*2,00%) R\$ 155.986.193,91

AUMENTO PERMANENTE DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – EXERCÍCIO DE 2027

(RCL 2026 * PIB = 2,00%) (R\$ 151.826.129,24* 2,00%) R\$ 159.105.917,78

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO – PROJETO DE LEI №. /2025

ESPECIFICAÇÃO	EXERC./2025	PART.	EXERC./2026	PART.	EXERC./2027	PART.
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	152.927	,,,	155.986		159.10)5.917,78
GAB. DO PREFEITO - EST.	5.026,42	0,003	15.812,62	0,010	24.937,67	0,016
SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - D.T.	3.249,76	0,002	13.061,43	0,008	21.786,06	0,014
APOSENTADOS	44.564,25	0,029	121.700,21	0,078	184.193,50	0,116
SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - EST.	44.358,37	0,029	125.380,88	0,080	191.808,87	0,121
SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COM.	18.546,75	0,012	53.967,55	0,035	83.279,10	0,052
SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS - EST.	40.342,82	0,026	133.262,16	0,085	212.819,73	0,134



SEC MUNICIPAL DE FINANÇAS						1
SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS - COM.	15.467,86	0,010	46.072,55	0,030	71.577,28	0,045
COW.	13.407,00		40.072,33		71.377,20	
SEC. MUNICIPAL DE		0,023		0,060		0,088
AGRICULTURA - EST.	35.740,23	0,023	93.746,81	0,000	140.027,80	0,000
SEC. MUNICIPAL DE						
AGRICULTURA - COM.	7.604,23	0,005	22.430,41	0,014	34.750,39	0,022
7.5	7.00.,20				S 55,55	
GAB. DO PREFEITO - EST	1.960,52	0,001	7.200,19	0,005	11.787,20	0,007
GAB. DO PREFEITO - COM.	15.323,99	0,010	43.955,16	0,028	67.541,58	0,042
GABABATALI ZITO GGIVII	13.323,33	0,010	10.555,10	0,020	07.13.12)30	0,012
SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E		0,230		0,535		0,755
SERV. URGANOS - EST.	352.491,10	0,200	834.218,32	0,000	1.200.716,39	0,700
SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E						
SERV. URGANOS - COM.	19.531,30	0,013	58.911,22	0,038	91.848,04	0,058
					·	
SEC. MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA		0,061		0,165		0,247
SOCIAL - EST.	92.676,17	258.137,02		393.123,66		
SEC. MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA						
SOCIAL - COM.	8.737,17	0,006	28.784,52	0,018	45.938,42	0,029
550 1444401244 25						
SEC. MUNICIPAL DE	10 516 77	0,007	20.256.70	0,019	46 722 72	0,029
PLANEJAMENTO - COM.	10.516,77		30.356,78		46.733,73	
PROCURADORIA JURÍDICA - EST.	29.599,50	0,019	56.737,48	0,036	74.260,61	0,047
PROCURADORIA JURÍDICA - COM.	80.897,38	0,053	129.143,53	0,083	151.230,86	0,095
FROCORADORIA JORIDICA - COM.	80.837,38	0,033	129.143,33	0,083	131.230,80	0,093
PENSIONISTAS	31.552,11	0,021	88.586,86	0,057	135.243,27	0,085
SEC. MUNICIPAL MEIO						
AMBIENTE - COM.	11.348,75	0,007	33.541,80	0,022	51.994,42	0,033
SEC. MUNIICPAL DE ASSISTÊNCIA	124 277 01	0,081	225 024 27	0,151	207 074 25	0,193
SOCIAL - D.T.	124.377,81		235.921,27		307.074,35	
SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E		0.055		0 1 4 4		0.242
SERV. URGANOS - D.T.	84.147,70	0,055	224.896,93	0,144	338.019,92	0,212
ESTAGIÁRIOS	0,00	0,00	95.104,89	0,061	189.772,52	0,119
LSTAGIANIOS	0,00	0,00	55.104,05	0,061	105.772,32	0,119
SEC. MUNICIPAL DE MEIO		0,003		0,009		0,014
AMBIENTE - EST.	4.691,80	0,003	14.433,64	0,009	22.626,43	0,014
SEC. MUNICIPAL DE CULTURA E						
TURISMO - COM.	10.475,21	0,007	31.060,84	0,020	48.193,30	0,030
	- · · · · · · · · · · ·		,		1122,30	



SEC. MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO - EST.	46.761,81	0,031	81.339,76	0,052	100.766,15	0,063
SEC. MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - COM.	11.348,86	0,007	32.915,67	0,021	50.744,69	0,032
SEC. MUNIICIPAL DE ESPORTE E LAZER - EST.	4.952,11	0,003	14.936,45	0,010	23.287,16	0,015
SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - D.T.	2.561,43	0,002	7.282,03	0,005	11.159,69	0,007
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA - D.T.	4.446,96	0,003	13.132,98	0,008	20.353,29	0,013
SEC. MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - D.T.	11.203,29	0,007	18.909,65	0,012	22.988,63	0,014
SEC. MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURURA - COM.	11.765,02	0,008	33.305,57	0,021	50.975,02	0,032
SEC. MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO - D.T.	0,00	0,00	3.056,63	0,002	6.099,21	0,004
SEC. MUNIIPAL DE ASSIST. SOCIAL - D.T.	7.720,55	0,005	22.355,30	0,014	34.447,43	0,022
CONTROLE INTERNIO - EST.	33.472,99	0,022	59.175,33	0,038	74.027,91	0,047
CONTROLE INTERNIO - COM.	23.095,35	0,015	39.846,60	0,026	49.116,09	0,031
GAB. DO PREFEITO - PROCOM - EST.	3.541,35	0,002	9.969,90	0,006	15.233,48	0,010
EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE - FUNDEB 70% - EFETIVO	928.994,49	0.607	2.237.368,53	1.434	2.660.405,62	1.672
EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE - FUNDEB 70% - D.T.	140.230,73	0,092	376.937,78	0,242	479.823,89	0,302
EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ- ESCOLA - FUNDEB 70% - EFETIVO	560.138,38	0,366	1.291.562,01	0,828	1.489.434,81	0,936
EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ- ESCOLA - FUNDEB 70% - D.T.	54.182,81	0,035	140.678,29	0,090	175.490,41	0,110
EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL MAGISTÉRIO - FUNDEB 70% - EFETIVO	2.055.273,12	1,344	4.905.608,87	3,145	5.797.461,32	3,644



~				ı		
EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL MAGISTÉRIO - FUNDEB 70% - D.T.	568.904,47	0,372	1.526.179,49	0,978	1.940.567,92	1,220
EDUCAÇÃO MDE ADMINISTRATIVO - COM.	0,00	0,00	3.185,37	0,002	6.356,09	0,004
EDUCAÇÃO REC. ORDINÁRIOS - EFETIVO	38.485,52	0,025	94.476,36	0,061	113.782,06	0,072
SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS - D.T.	5.517,45	0,004	15.689,41	0,010	24.045,63	0,015
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PSB - EFETIVOS	3.509,96	0,002	9.925,32	0,006	15.185,84	0,010
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PSE - EFETIVOS	13.203,56	0,009	37.437,60	0,024	57.326,95	0,036
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PSE - D.T.	2.583,23	0,002	7.480,40	0,005	11.526,84	0,007
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROCAD-SUAS - EFETIVO	2553,98	0,002	7.752,99	0,005	12.109,24	0,008
SEC. DE SAÚDE - EST.	132.078,15	0,086	421.105,49	0,270	666.457,60	0,419
SEC. DE SAÚDE - COM.	25.980,11	0,017	75.395,96	0,048	116.254,96	0,073
SEC. DE SAÚDE - D.T REC.PRÓPRIO	3.399,28	0,002	14.572,59	0,009	24.604,66	0,015
SEC. DE SAÚDE - D.T.	45.656,09	0,030	109.330,37	0,070	158.073,33	0,099
SEC. DE SAÚDE - PAB - EST.	64.220,12	0,042	188.444,07	0,121	291.506,88	0,183
SEC. DE SAÚDE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA/PRO DST.	4.445,94	0,003	12.470,77	0,008	19.033,25	0,012
SEC. DE SAÚDE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	4.445,94	0,003	12.418,57	0,008	18.9529,09	0,012
SEC. DE SAÚDE - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - EST.	4.445,94	0,003	12.522,97	0,008	19.137,41	0,012
SEC. DE SAÚDE - PROG. SAÚDE NA HORA - D.T.	2.4189,69	0,002	7.473,19	0,005	11.728,99	0,007
SEC. DE SAÚDE - ABS - D.T.	41.070,67	0,027	146.430,19	0,094	238.137,39	0,150
SEC. DE SAÚDE - ESB	8.095,94	0,005	28.178,37	0,018	45.572,78	0,029
				l		



IMPACTO ORÇAMENTÁRIO- FINANCEIRO	4,002%		9,794%		12,387%	
ACRÉSCIMO DE DESPESAS	6.119	.839,28	15.277	.151,99	19.70	9.084,52
TOTAL	6.119.839,28	4,002	15.277.151,99	9,794	19.709.084,52	12,387
SEC. DE SAÚDE - EMULTI - D.T.	7.122,23	0,005	20.822,39	0,013	31.371,73	0,020
SEC. DE SAÚDE - EMULTI - EST.	27.382,97	0,018	77.191,46	0,049	117.991,52	0,074
SEC. DE SAÚDE - ESF EAP - EST.	51.273,03	0,034	148.571,30	0,095	228.983,26	0,144
SEC. DE SAÚDE - ESF EAP - D.T.	24.910,41	0,016	77.140,36	0,049	121.143,48	0,076
SEC. DE SAÚDE -SAÚDE BUCAL - D.T.	18.786,17	0,012	63.939,01	0,041	102.861,10	0,065
SEC. DE SAÚDE -SAÚDE BUCAL - EST.	26.432,19	0,017	74.211,28	0,048	113.296,11	0,071

Nota: O resultado apurado em 2025 teve início na data base, ou seja, abril/2025 enquanto que para os dois exercícios subsequentes estão sendo considerados 12 (doze) meses acrescido da previsão do IPCA 4,50% (quatro vírgula cinquenta por cento) para 2026 e 4,00 (quatro por cento) para 2027, conforme indica o BOLETIM FOCUS divulgado pelo Banco Central.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - (JUN/24 A MAI./25)	150.555.520,73
GASTOS EFETIVOS C/ PESSOAL - (JUN/24 A MAI./25)	64.512.527,89
% GASTO C/ PESSOAL	42,85%
VALOR GASTO COM PESSOAL NOS ÚLTIMOS 12 (DOZE) MESES	5.376.043,99
GASTOS EFETIVOS COM PESSOAL DE JANEIRO A MAIO DE 2025	25.547.051,42
VALOR PREVISTO DE GASTOS COM PESSOAL (JUN./25 A DEZ./25) — ANTERIOR AO	40.337.276,96
REAJUSTE SALARIAL DOS SERVIDORES.	
SOMA:	65.884.328,38

PROJEÇÃO DOS LIMITES DE GASTOS COM PESSOAL

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2025	EXERCÍCIO 2026	EXERCÍCIO 2027
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	R\$ 152.927.641,09	R\$ 155.986.193,81	R\$ 159.105.917,78
CUSTO ANUAL ESTIMADO FOLHA DE	72.004.167,66	81.161.480,37	85.593.412,90
PAGAMENTO E ENCARGOS SOCIAIS			
PERCENTUAL ESTIMADO C/ DESPESA DE	47,08%	52,03%	53,80%
PESSOAL E ENCARGOS			



CONSIDERAÇÕES E/OU RESSALVAS:

O piso nacional do magistério, que consiste no salário inicial da carreira de professores da educação básica para a formação de nível médio, é definido pelo governo federal, com reflexo no pagamento pelos erários municipais e estaduais. A Lei (federal) nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que estabelece o piso salarial dos profissionais do magistério, dispõe em seu art. 5º sobre sua atualização anual, no mês de janeiro.

A título de informação, destaca-se que excedendo a 95% do limite disposto nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº. 101/2000 terá por consequência as seguintes implicações:

- Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:
- III Municípios: 60% (sessenta por cento).
- Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:
 - III na Esfera Municipal:
 - a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Município, quando houver;
 - b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.
- Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

- I concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
 - II criação de cargo, emprego ou função;
 - III alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 60 do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Ademais, caso posteriormente seja ultrapassado o percentual permitido de 54% no Poder Executivo, as seguintes medidas deverão ser tomadas:



- Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4o do art. 169 da Constituição. (Lei Complementar nº 101/2000)
- Art. 169 da C.F A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.
- § 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:
 - I redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;
 - II exoneração dos servidores não estáveis.
- § 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal. (Constituição Federal)
- Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
- X <u>a remuneração dos servidores públicos e o subsídio</u> de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, **assegurada revisão geral anual**, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Município de Afonso Cláudio/ES, 30 de junho de 2025.

